

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

ao erário público, perguntando-se se são para ser encarados a sério ou como mero grupo sectário e folclorizado.

A Arqueologia não é um problema da «Cultura» (no seu sentido restrito), nem, apenas, de qualquer Ministério a ela afecto. A Arqueologia é uma questão de cultura quotidiana, vivenciável por todos os cidadãos, e portanto, também, um problema de todos os ministérios, da Educação ao Turismo, da Indústria à Ciência e Tecnologia.

Foi essa **deslocação** fundamental da posição política da Arqueologia que Foz Côa, pela sua importância mundial, provocou. Transplantando o problema das «páginas culturais» dos jornais para a primeira fila das notícias nacionais e internacionais, veio colocar uma questão central da nossa sociedade, que aqui procurei esboçar. É esse um dos desafios históricos que se coloca ao novo governo português saído das eleições de 1 de Outubro de 1995. Que modelo de desenvolvimento queremos para o interior do nosso país? Quem vão ser os seus protagonistas? Estaremos, todos, à altura de um tal desafio? Apesar da enormidade da tarefa, estou optimista.

NADA DE NOVO*

por

Clara Pinto Correia**

Agora que já toda a gente disse tudo o que tinha a dizer sobre a preservação das gravuras rupestres de Foz Côa e a consequente interrupção do projecto da barragem, eu gostava só de acrescentar mais uma coisa. Não tem nada a ver com o dilema de «cultura *versus* progresso tecnológico», ou o que quer que queiram chamar-lhe, que sobre isso já correram rios de tinta e obviamente nunca estaremos todos de acordo. Eu pessoalmente estou muito satisfeita com o resultado final, se é que estas coisas alguma vez são finais, mas isto agora não tem a ver com as razões profundas da minha satisfação. Tem apenas a ver com a maneira como se transmite a informação às pessoas, e com os pequenos detalhes em que se revela o curioso prisma através do qual a informação filtra a sua escala de prioridades.

É assim: quando o novo Governo decidiu parar a barragem e salvar as gravuras, uma das primeiras coisas que fez foi mandar alguns dos seus representantes ao local do crime para explicar à população local o que estava em causa. E não eram propriamente uns representantezitos de segunda: nada menos que quatro ministros (Adjunto, Economia, Cultura e Ambiente) e três secretários de Estado (Juventude, Energia e Desenvolvimento Regional) abandonaram a complacência dos seus gabinetes em Lisboa para irem a Foz Côa numa missão de alto risco: mesmo com protecção da GNR e tudo, o que estava em causa era a apresentação de todas as suas boas intenções e todas as suas propostas alternativas contra a revolta de uma data de gente que sentia a sua qualidade de vida ameaçada e estava firmemente decidida a exigir a barragem a todo o custo. Estes governantes sabiam que os esperava uma sessão dolorosa de gritaria, histeria, demagogia fácil e pranto sincero, maremotos de perguntas excitadas que não iam compadecer-se com respostas cuidadosamente ponderadas. Ah, e uma bateria incansável de jornalistas e de microfones — e já se sabe como o pessoal adora desatar aos

* Publicado no *Diário de Notícias* de 10-12-95.

** Bióloga e escritora.

berros assim que se apanha com um microfone à frente — num arraial enorme de puxões e de encontrões e de ânimos exaltados nem que mais não fosse pela exaltação contagiosa do momento. Para todos os efeitos, seja qual for o partido que se tome, esperava-os uma enorme maçada. Uma maçada que eles poderiam perfeitamente ter evitado. Poderiam ter ficado calmamente nos seus corredores, tomando as suas decisões sobre o conforto das suas alcatifas, assinando os papéis competentes com as competentes canetas e falando apenas uns com os outros e com as secretárias, entre dois cafés e uma água mineral e na pior das hipóteses um almoço de serviço. Ninguém lhes teria chamado nomes. Assim como assim, durante os últimos oito anos as coisas tinham sempre sido feitas desta maneira e ninguém prestava contas a ninguém a menos que fosse obrigado. E mesmo assim tinha que ser mesmo muito obrigado, e de qualquer maneira nunca prestava contas particularmente claras, como ficou exemplarmente ilustrado com o caso das portagens na Ponte. Para dar apenas um exemplo. Mas estes governantes sentiram-se no dever de ir a Foz Côa falar com a população afectada. Foram eles que tomaram essa iniciativa, de sua livre vontade. Um gesto destes, depois de dois mandatos consecutivos de absolutismo cavaquista, é para todos os efeitos uma novidade radical. É um sinal dos tempos, da diferença nos tempos, tão significativo e tão poderoso que só por si deveria ter merecido análises, ensaios, editoriais e mesas-redondas e um desses debates que as televisões de vez em quando ainda organizam fora de horas. Então agora o Governo fala directamente com o povo? Desculpem, isto é notícia. Isto é uma interessante e problemática novidade. Para o melhor e para o pior, isto é sociologia a fazer-se. Mas eu ouvi a notícia na rádio, a cavalo em mais um molho de outras notícias. Era só assim: «seis membros do Governo (mas não eram sete? Ou fui eu que contei mal? A aritmética nunca foi o meu forte, e, agora que estou a pensar nisso, o Governo também não...) foram a Foz Côa falar com a população afectada pelo cancelamento da barragem. Entretanto, a grande notícia do dia é que já foi nomeado o titular da pasta de...».

Não sei qual era a pasta. Sei que isso não era nenhuma grande notícia, comparado com o caso raro e nunca visto de os responsáveis por decisões delicadas se darem ao trabalho de ir ao encontro dos problemas levantados por essas decisões. Se uma destas acontece em Portugal e a informação acha que não aconteceu nada de novo, talvez fosse bom pensarmos todos no que é que é realmente prioritário no funcionamento de um país. Talvez fosse boa ideia a informação ir frequentar um curso nocturno intensivo sobre a gestão das prioridades.



Aspecto da Canada do Inferno em Novembro de 1995. Foto V. O. Jorge.



Visita de ministros e secretários de Estado à Penascosa, Novembro de 1995. Foto T. Marques.